



08 DE FEVEREIRO **terça - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **INFLAÇÃO EM CURITIBA REGISTRA ALTA DE 0,91% EM JANEIRO**
- **CENTRAIS ESTÃO SENDO OPORTUNISTAS NA NEGOCIAÇÃO DO MÍNIMO, AFIRMA LULA**
- **INDÚSTRIA PARTICIPA DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA**
- **FAZENDA ORIENTA SOBRE INSCRIÇÃO DO MEI DESENQUADRADO DO SIMEI**
- **BENEFÍCIOS NÃO SACADOS EM 60 DIAS SÃO BLOQUEADOS**
- **RECEITA ABRE HOJE, 8-2, CONSULTA AO 2º LOTE RESIDUAL IRPF**
- **AINDA PREDOMINAM OS AUMENTOS PARA A CESTA EM JANEIRO**
- **NÚMERO DE FALÊNCIAS DECRETADAS FOI O MENOR PARA O PRIMEIRO MÊS DO ANO DESDE 2005.**
- **INDÚSTRIA MANTÉM CONSUMO DE ENERGIA EM ALTA NO PRIMEIRO MÊS DO ANO**
- **GASTO SOCIAL COM EDUCAÇÃO É O QUE MAIS ELEVA O PIB**
- **DOENÇA GRAVE NA INFÂNCIA FAZ PESSOA ESTUDAR MENOS E TER SALÁRIO MAIS BAIXO.**
- **"DESONERAÇÃO DA FOLHA DE SALÁRIOS PODE SER SELETIVA"**
- **PARA MAIORIA DOS BRASILEIROS, FLEXIBILIDADE E TRABALHO MÓVEL AUMENTAM QUALIDADE DE VIDA E PRODUTIVIDADE**
- **"CÂMARA JÁ DISCUTE VINCULAÇÃO DE SEGURO-DESEMPREGO A CURSO DE QUALIFICAÇÃO."**

Câmbio		
Em 08/02/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,676	1,677
Euro	2,273	2,275

Fonte: BACEN

INFLAÇÃO EM CURITIBA REGISTRA ALTA DE 0,91% EM JANEIRO

08/02/2011- Gazeta do Povo

O **Índice de Preços ao Consumidor (IPC)** fechou o mês de janeiro com alta de 0,91% em **Curitiba**. O custo de passagens aéreas e cursos do ensino fundamental e superior foram os itens que mais impulsionaram o aumento. No acumulado dos últimos 12 meses – de fevereiro de 2010 a janeiro de 2011 – o índice ficou em 5,81%. O cálculo foi realizado pelo **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)** e divulgado nesta segunda-feira (7).

O grupo que registrou a maior alta foi o de **despesas pessoais** (2,60%), seguido por **gastos com saúde e cuidados pessoais** (0,91%), **transporte e comunicação** (0,91%), **habitação** (0,65%) e **alimentos e bebidas** (0,63%). Os itens com índice elevado foram **passagens de avião** (13,10%), **curso fundamental** (9,35%), **curso superior** (9,02%), **álcool combustível** (6,58%) e **aluguel de moradia** (0,97%).

Já os grupos que tiveram queda nos preços foram **artigos de residência** (-0,51%) e **vestuário** (-0,27%). Entre os itens pesquisados, os que apresentaram as maiores quedas foram **casas noturnas** (-5,12%), **automóvel de passeio e utilitário usado** (-0,56%), **televisão** (-4,07%), **teclado** (-24,37%) e **batata inglesa** (-8,82%).

Para o cálculo da inflação, o Ipardes pesquisa mensalmente em Curitiba cerca de 60 mil preços de produtos consumidos por famílias com renda entre R\$ 510 e R\$ 20,4 mil.

CENTRAIS ESTÃO SENDO OPORTUNISTAS NA NEGOCIAÇÃO DO MÍNIMO, AFIRMA LULA

08/02/2011- Valor Econômico

BRASÍLIA - O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a exigência das centrais sindicais de aumento real do salário mínimo neste ano, quando a regra prevê a reposição da inflação do ano anterior e aumento real com base na variação do Produto Interno Bruto de dois anos antes.

"Não é uma boa política mudar o acordo a cada ano. Se é verdade que PIB vai dar zero neste ano, no ano que vem vai dar oito, tem compensação", afirmou o ex-presidente, pouco antes de participar de uma das discussões do Fórum Social Mundial, ontem em Dacar, capital do Senegal, segundo a Agência Brasil.

"O que não pode é nossos companheiros sindicalistas quererem mudar a regra do jogo a cada momento. Ou você aprova a regra na Câmara e todo mundo fica tranquilo, ou você tem oportunismo", afirmou Lula, lembrando que a "proposta não é do governo, é um acordo".

As centrais querem que o governo conceda aumento real para o mínimo, ignorando a regra que prevê aumentos com base no crescimento econômico que, em 2009, não houve, por causa da crise financeira mundial iniciada em 2008. Lula declarou que pode até conversar com os antigos companheiros, mas não irá interferir na questão. "Não é mais minha tarefa conversar. O governo e o Congresso devem fazer isso".

"É natural que as centrais queiram um aumento maior que a inflação", disse João Felício, secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ex-presidente da entidade, que também está em Dacar. "A nossa pretensão é [elevar o salário mínimo para] R\$ 580. Caso não consigamos convencer o governo, vamos levar essa luta para o Congresso Nacional e para a sociedade."

"Não entendo a reação do presidente. Estamos defendendo o legado do governo dele e o compromisso que ele assumiu, ao lado de Dilma, no segundo turno, com as centrais", disse Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, da Força Sindical. Segundo ele, não há possibilidade de acordo sem um valor superior a R\$ 545: "Às vezes, é melhor perder lutando."

Ontem, o governo manteve a decisão que contrariou as centrais sindicais e decidiu encaminhar ao Congresso uma medida provisória reajustando o salário mínimo para R\$ 545 e mantendo a regra de reajuste levando-se em conta a inflação do ano anterior e o Produto Interno Bruto de dois anos antes. A decisão foi sacramentada durante a reunião de coordenação política.

De acordo com o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, a política de valorização do salário mínimo vai valer até o fim do mandato da presidente Dilma. Ele lembrou que durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva o governo encaminhou ao Congresso um projeto propondo uma política de valorização do mínimo até 2023. Mas o projeto nunca foi votado. "Como nas negociações com as centrais previa-se

uma revisão do acordo em 2011, estamos propondo a manutenção da política até 2014", disse o ministro.

Luiz Sérgio garantiu que durante a reunião não foram discutidos os cortes ao Orçamento. O pacote fiscal deve ser anunciado pela equipe econômica ainda esta semana.

INDÚSTRIA PARTICIPA DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

08/02/2011- Agência CNI

Brasília – Os empresários brasileiros acompanharão de perto as negociações do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE). Na rodada de conversas oficiais, que ocorrerá de 14 a 18 de março, em Bruxelas, representantes dos industriais ficarão na sala ao lado dos negociadores. "Com isso, os empresários poderão esclarecer dúvidas e oferecer subsídios aos negociadores", explicou a gerente-executiva de Negociações Internacionais da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), Soraya Rosar.

A presença dos empresários em Bruxelas foi acertada nesta segunda-feira, 7 de fevereiro, em reunião entre a Coalizão Empresarial Brasileira e representantes do governo federal. O evento, realizado na sede da CNI, teve a participação do chefe do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Evandro Didonet, da secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), Tatiana Prazeres, e do diretor do Departamento de Negociações Internacionais do MDIC, Daniel Godinho.

No encontro, representantes de diferentes setores, como o siderúrgico, automotivo, farmacêutico, calçados, defensivos agrícolas, entre outros, discutiram benefícios tarifários, prazos e condições de redução das tarifas para facilitar o acordo comercial com os europeus. O embaixador Evandro Didonet enfatizou a necessidade da melhoria da lista de ofertas do Brasil para o avanço das negociações.

A secretária Tatiana Prazeres ressaltou a importância da articulação entre o governo federal e o setor produtivo na definição da proposta brasileira para o acordo do Mercosul com a UE. "A interlocução com o setor privado é uma prioridade do Ministério", disse Tatiana. Essa foi a primeira reunião da Coalizão Empresarial Brasileira com a nova equipe do governo federal. Coordenada pela CNI, a Coalizão foi criada em 1996 pelo setor industrial para acompanhar as negociações de acordos comerciais internacionais.

FAZENDA ORIENTA SOBRE INSCRIÇÃO DO MEI DESENQUADRADO DO SIMEI

08/02/2011- Notas COAD

A Receita Estadual do Paraná informa que o Microempreendedor Individual (MEI), desenquadrado do sistema de recolhimento em valores fixos (SIMEI), poderá requerer

a inscrição estadual no cadastro de contribuintes, mediante solicitação do contabilista no Portal Receita/PR.

Havendo inconsistência no ato da inscrição estadual, o contabilista deverá entrar em contato com o SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão) para registrar a ocorrência.

NOTA: Para se desenquadrar do SIMEI, o MEI deverá comunicar essa pretensão no Portal do Simples Nacional, link:

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/mei/default.asp> e solicitar alteração do nome empresarial na Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR.

BENEFÍCIOS NÃO SACADOS EM 60 DIAS SÃO BLOQUEADOS

08/02/2011- Notas COAD

Os benefícios que não forem sacados até 60 dias após a data marcada para o seu pagamento são devolvidos pelo banco ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O beneficiário não perde direito a ele, mas é preciso se dirigir à Agência da Previdência Social (APS) que mantém o benefício, para reativar o depósito.

A medida foi criada para evitar o pagamento indevido e qualquer tentativa de fraude, como, por exemplo, o saque do benefício de segurado já falecido.

Pela norma de segurança, a instituição bancária devolve o valor ao INSS. O instituto, por sua vez, bloqueia o pagamento até que o beneficiário vá até a APS responsável pelo seu benefício, para regularizar o pagamento.

Para fazer o desbloqueio do cartão na APS, o segurado deve apresentar documento de identificação com foto, como carteira de identidade ou carteira de motorista. Na folha de janeiro, encerrada nesta segunda-feira (7), 10.322 benefícios estavam suspensos porque os beneficiários não sacaram no prazo de 60 dias.

Segurança - O segurado que recebe o benefício com cartão magnético deve ficar atento às normas de segurança. O cartão é seguro, facilita o saque do benefício, mas requer atenção. Em hipótese alguma, o beneficiário deve fornecer a senha para terceiros. Assim como nos cartões da rede bancária, a senha não deve ter sequências previsíveis, tais como data de nascimento, número de telefone ou dígitos ligados diretamente ao portador.

O INSS recomenda que, em caso de dúvida no momento do saque no terminal de autoatendimento, o segurado procure um funcionário do banco e nunca peça ajuda de outras pessoas estranhas à instituição bancária.

RECEITA ABRE HOJE, 8-2, CONSULTA AO 2º LOTE RESIDUAL IRPF

08/02/2011- Notas COAD

A Receita Federal do Brasil libera às 9 horas desta terça-feira, dia 8-2, consulta ao 2º lote residual multiexercício do Imposto de Renda da Pessoa Física (exercícios 2010, 2009 e 2008).

No dia 15 de fevereiro de 2011 serão creditadas, simultaneamente, as restituições referentes aos lotes residuais dos exercícios de 2010 (ano calendário de 2009) de 2009 (ano calendário de 2008) e 2008 (ano calendário de 2007), mediante depósito bancário, para um total de 74.349 contribuintes, totalizando R\$ 143.442.926,01.

Para o exercício de 2010, serão creditadas restituições para um total de 49.342 contribuintes que declararam imposto a restituir, totalizando um montante de R\$ 96.539.539,22 já acrescidos da taxa selic de 8,55 % (maio de 2010 a fevereiro de 2011). Desse montante, 5.729 contribuintes referem-se aos contribuintes de que trata a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), totalizando R\$ 21.743.032,11.

Com relação o lote residual do exercício de 2009, serão creditadas restituições para um total de 15.286 contribuintes que declararam imposto a restituir, totalizando um montante de R\$ 28.507.987,20, já atualizados pela taxa selic de 17,01 %, (período de maio de 2009 a fevereiro de 2011).

Já para o lote residual de 2008, serão creditadas restituições para um total de 9.721 contribuintes que declararam imposto a restituir, totalizando um montante de R\$ 18.395.399,59 já atualizados pela taxa selic de 29,08 %, (período de maio de 2008 a fevereiro de 2011).

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na Internet (www.receita.fazenda.gov.br), ou ligar para o Receitafone 146.

Ainda predominam os aumentos para a cesta em janeiro

08/02/2011- Dieese

No mês de janeiro, os preços dos produtos alimentícios essenciais ainda mantiveram comportamento de alta em 14 das 17 capitais onde o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. As principais elevações ocorreram em Brasília (9,41%), Fortaleza (5,25%), Rio de Janeiro (3,94%) e Aracaju (3,91%). As três cidades onde os preços caíram foram Curitiba (-2,79%), São Paulo (-1,47%) e Recife (-0,32%).

Mesmo registrando retração, a capital paulista foi a que apresentou o maior valor para os gêneros alimentícios essenciais, com R\$ 261,25, seguida de Manaus (R\$ 255,80) e de Brasília (R\$ 255,65). O comportamento dos preços em janeiro resultou em uma aproximação do custo total da cesta, pois em seis localidades os valores ficaram acima de R\$ 250,00. Por outro lado apenas em Aracaju (R\$ 182,76) os produtos básicos custaram menos de R\$ 200,00. Em três outras capitais o custo foi inferior a R\$ 210,00: João Pessoa (R\$ 200,21); Recife (R\$ 204,85) e Salvador R\$ 209,49).

Com base no custo mais elevado apurado para a cesta básica – que, em janeiro ocorreu em São Paulo – e considerando a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em janeiro, o menor valor pago deveria ser de R\$ 2.194,76, o que corresponde a 4,06 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 540,00. Em dezembro de 2010, quando o menor salário pago no país deveria ser de R\$ 510,00, pelo menos R\$ 2.227,53, (ou 4,37 vezes o mínimo) deveriam ser pagos ao trabalhador, enquanto em janeiro do ano passado o menor salário do país deveria ficar em R\$ 1.987,26 (3,9 vezes o mínimo).

Variações acumuladas

Todas as 17 capitais pesquisadas apresentaram, em janeiro, variações acumuladas, em 12 meses, positivas e, na maioria, muito expressivas. Apenas duas localidades registraram alta abaixo de 10,0%: Porto Alegre (7,67%) e Aracaju (8,06%). Por outro lado, em três cidades o aumento superou 20,0%: Fortaleza (23,08%), Goiânia (20,97%) e Natal (20,28%).

Cesta x salário mínimo

Para comprar os alimentos essenciais, um trabalhador que ganha salário mínimo precisou cumprir, em janeiro, na média das 17 capitais, 95 horas e 03 minutos. Apesar da predominância de aumento no custo da cesta, o tempo de trabalho reduziu-se em mais de 03 horas em relação ao mês anterior – atingia 98 horas e 11 minutos, em dezembro de 2010 – devido ao reajuste de 5,88% aplicado ao salário mínimo. No entanto, a jornada necessária é bem maior, este ano, que em janeiro do ano passado, quando correspondia a 86 horas e 48 minutos.

Quando a comparação é feita com o salário mínimo líquido (após o desconto da parcela correspondente à Previdência), também se percebe o mesmo tipo de correlação. Em janeiro, o custo médio da cesta representava 46,96% do valor pago ao trabalhador, enquanto em dezembro a mesma compra representava 48,51% do total líquido e em janeiro de 2010 ficava em 42,88% do rendimento.

Comportamento dos preços

O tomate foi o produto que mais pressionou os preços da cesta básica, em janeiro, uma vez que subiu em todas as 17 capitais, na maior parte delas com variações expressivas. Os maiores aumentos foram apurados no Rio de Janeiro (79,38%), Belo Horizonte (76,82%), Goiânia (73,97%), Vitória (72,34%) e Brasília (71,61%). Apenas em Porto Alegre a alta – de 3,04% - foi moderada. Os aumentos registrados em São Paulo (15,13%) e Curitiba (15,20%) encontravam-se entre os menores do mês. No período anual, houve aumento em 16 localidades, variando entre 15,05%, em Porto Alegre e 63,70%, em Natal. Apenas em Belém houve redução de 4,59% no preço. As grandes tempestades de janeiro afetaram a produção, além de dificultarem o

transporte devido à destruição de estradas e pontes. Também por conta das chuvas, o tomate está caro e de baixa qualidade.

Dezesseis capitais apresentaram alta no preço do óleo de soja, com as maiores variações anotadas em Florianópolis (12,77%), Manaus (8,27%) e Natal (7,89%). Em Porto Alegre o preço ficou estável. Em 12 meses, todas as cidades registraram alta, com as mais significativas apuradas em Goiânia (19,82%), São Paulo (14,29%) e Florianópolis (13,11%), enquanto as menores ocorreram em Manaus (4,56%), Fortaleza (3,16%) e Aracaju (2,75%). Também para este aumento contribuiu o fator climático, pois a soja foi afetada pelas chuvas que atingiram grande parte do país e pela seca que atinge o Rio Grande do Sul, importante produtor, cuja safra foi bastante prejudicada. Externamente também houve quebra de safra na Índia devido à forte seca.

Também no caso do açúcar houve predomínio de alta, no mês, pois os aumentos foram registrados em 13 cidades. As maiores elevações deram-se em Recife (10,10%) e Florianópolis (8,64%). O preço do produto ficou estável em Aracaju e reduziu-se em Porto Alegre (-2,76%),

Salvador (-1,32%) e Manaus (-1,01%). Em 12 meses, todas as localidades acompanhadas tiveram aumento no preço do açúcar, sendo os mais elevados apurados em Fortaleza (28,07%), Belém (21,10%) e Aracaju (20,22%).

O preço da banana subiu em 12 cidades, em janeiro, principalmente em Goiânia (23,88%), Porto Alegre (12,35%) e Brasília (12,09%). Houve retração em cinco locais, como Curitiba (-4,52%) e Recife (-6,39%). Em comparação com igual mês, em 2010, a banana teve alta em 15 localidades, com destaque para Porto Alegre (32,94%), Belo Horizonte (29,63%), Brasília (28,87%) e Recife (27,32%). O preço ficou igual em Natal e foi apurada queda de 9,38%, em Salvador.

Por outro lado, o preço do feijão caiu em todas as 17 capitais, em janeiro, com taxas negativas variando entre -3,84%, em Aracaju e -27,29%, em Recife. Além da capital pernambucana outras três localidades tiveram retração superior a 20,0%: Goiânia (-20,29%); São Paulo (-22,78%) e João Pessoa (-24,00%). A safra colhida no final do ano permitiu o recuo nos preços. Quando a comparação é feita com igual mês em 2010, o resultado é o oposto, com aumento em todas as cidades que se situaram entre 12,07%, no Rio de Janeiro e 62,38%, em Aracaju.

Doze localidades registraram redução no preço do arroz, em janeiro, com taxas que variaram de -0,50%, em São Paulo a -6,43%, em Natal. Houve estabilidade em Goiânia e João Pessoa e as três cidades com elevação foram Belém (0,75%), Porto Alegre (0,57%) e Brasília (0,52%). As alterações no preço do arroz também não são especialmente expressivas na comparação anual. Seis capitais apontaram aumento no período, com variações entre 0,53%, em Manaus e 3,37%, em Aracaju. Curitiba registrou estabilidade. Os recuos deram-se em 10 cidades, variando entre -1,49% em São Paulo e -10,66%, em Porto Alegre. A colheita do arroz foi realizada no final do ano, o que permitiu o barateamento.

A carne, item de maior peso na cesta básica, registrou recuo em seus preços em 11 capitais, em janeiro. Curitiba (-6,75%), Vitória (-4,43%) e São Paulo (-4,11%), tiveram as quedas mais expressivas. Outras seis localidades apresentaram aumento

nos preços do produto, o mais significativo ocorrido em Brasília (5,78%). Fortes altas foram encontradas para a carne no período de 12 meses. Em quatro cidades as taxas subiram acima de 30,0%: Rio de Janeiro (35,32%), Fortaleza (34,98%), Belo Horizonte (33,72%) e Goiânia (30,17%). Apenas em Aracaju – onde a taxa ficou em 5,19% - foi registrado aumento inferior a 10,0%. O preço da carne subiu em 2010, tanto como resultado de sua exportação quanto da seca que prejudicou as pastagens.

Com a melhora após o início das chuvas, a oferta cresceu o que vem contribuindo para o recuo no preço.

São Paulo

O custo da cesta básica, na capital paulista, voltou a ser a maior dentre as 17 capitais pesquisadas – R\$ 261,25 – apesar de a cidade ser uma das três nas quais houve queda no preço dos gêneros essenciais, com recuo de 1,47%. Em 12 meses, a variação acumulada chega a 16,10%.

A pequena redução no preço da cesta foi determinada pelo comportamento apurado apenas em três produtos: feijão cariocinha (-22,78%), carne bovina de primeira (-4,11%) e arroz agulhinha (-0,50%). O leite in natura integral manteve-se estabilizado no mês. Os outros nove itens tiveram aumento, com destaque para o tomate, que subiu 15,13%. Nos demais, a alta foi bem mais contida: café em pó, 3,44%; óleo de soja, 1,87%; batata, 1,70%; manteiga, 1,60%; banana nanica, 1,31%; farinha de trigo, 1,27%; pão francês, 0,45% e açúcar refinado, 0,43%.

Nos últimos 12 meses – de fevereiro de 2010 a janeiro de 2011 – somente a batata (-27,82%) e o arroz (-1,49%) registraram queda em seus preços. Altas superiores a 20,0% foram apuradas para o feijão (29,77%), a carne bovina (29,76%) e a farinha de trigo (21,84%). Outros cinco itens subiram mais do que 10,0%: tomate (19,65%), açúcar (18,88%), banana (15,60%), óleo de soja (14,29%) e pão (10,98%). Os menores aumentos ocorreram para o leite (9,80%), o café (4,58%) e a manteiga (4,14%).

O trabalhador paulistano remunerado pelo salário mínimo comprometeu, em janeiro, 106 horas e 26 minutos de sua jornada mensal com a compra dos alimentos básicos, quase 08 horas a menos que o necessário em dezembro, quando correspondia a 114 horas e 23 minutos. A redução é consequência do reajuste do salário mínimo e do pequeno recuo do preço da cesta. Em janeiro do ano passado a jornada comprometida era bem menor, ficando em 97 horas e 04 minutos.

Raciocínio semelhante pode ser efetuado quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social. Esta relação correspondia a 52,59%, em janeiro deste ano, contra 56,51% em dezembro e 47,96% do rendimento em janeiro do ano passado.

NÚMERO DE FALÊNCIAS DECRETADAS FOI O MENOR PARA O PRIMEIRO MÊS DO ANO DESDE 2005.

08/02/2011- Serasa Experian

São Paulo - Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações, divulgado nesta sexta-feira (4), mostra que em janeiro o número de falências decretadas foi o menor para o primeiro mês do ano desde 2005, quando entrou em vigor a nova lei de

falências. Ao todo, foram 41 decretos, sendo 35 de micro e pequenas empresas (MPE), dois de médias e quatro de grandes empresas. Já em janeiro de 2010, foram decretadas 69 falências, sendo 63 de micro e pequenas empresas, seis de média e nenhuma de grande.

Apesar de o número elevado de falências de MPE em relação a outras empresas, o assessor econômico da Serasa, Carlos Henrique de Almeida, diz que não há nenhuma anormalidade no setor. "O universo de micro e pequenas empresas é muito maior no país. Além disso, esse número de janeiro mostra um cenário de três ou quatro meses atrás, quando essas falências foram requeridas".

Para Almeida, a economia aquecida em 2010 determinou, em janeiro deste ano, o menor volume de falências decretadas no primeiro mês desde 2005. Já as falências requeridas apresentaram aumento em janeiro de 2011, na relação com dezembro de 2010.

Segundo ele, com os impactos da crise global, os requerimentos de falência passaram a ser usados como instrumento de cobrança. Dessa forma, o crescimento na comparação com o mês anterior se refere às compras junto aos fornecedores, principalmente para o Natal, e não pagas. "Mesmo assim os números refletem o cenário do ano passado. Só a partir de março teremos um cenário mais definido se houver realmente desaceleração da economia para controle da inflação e ajuste no crescimento do país".

Varejo

A Serasa Experian divulgou esta semana também o Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio. A atividade varejista abriu o ano de 2011 em desaceleração após um final de ano muito bom. O movimento dos consumidores nas lojas brasileiras cresceu 9,8% em janeiro de 2011 em relação ao mesmo mês de 2010, resultado abaixo dos 11,2% verificados em novembro de 2010 e dos 12,8% de dezembro, sempre na comparação anual.

A alta em janeiro foi liderada pela expansão de 15% do segmento de material de construção. Em seguida vieram as lojas de móveis, eletroeletrônicos e informática, com expansão de 10,4%.

O único segmento que registrou variação anual negativa em janeiro foi o de tecidos, vestuário, calçados e acessórios, de 1,4%. As fortes chuvas ocorridas na região Sudeste podem ter atrapalhado as vendas da moda verão durante o mês passado.

INDÚSTRIA MANTÉM CONSUMO DE ENERGIA EM ALTA NO PRIMEIRO MÊS DO ANO

08/02/2011 – Correio do Brasil

Depois de fechar 2010 com um crescimento médio mensal de 8,3% – a maior carga já demandada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) – o consumo de energia elétrica no país continua em alta. Segundo dados preliminares do Boletim de Carga Mensal, divulgado nesta quinta-feira pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os valores preliminares de carga de energia demandada ao SIN, em janeiro deste ano,

indicam uma variação positiva de 4,8% em relação aos valores do mesmo mês do ano anterior. Foram demandados ao SIN em janeiro, em média, 58,376 mil megawatts (MW).

Ainda segundo o boletim, com relação ao mês de dezembro de 2010, o crescimento foi de 0,9%; com o acumulado dos últimos doze meses registrando variação positiva de 7,8% em relação ao mesmo período anterior.

"A taxa de crescimento da carga de energia verificada em janeiro, em relação à igual período do ano anterior é explicada, principalmente, pela continuidade do bom desempenho da classe industrial, mesmo considerando que no início do mês tenham ocorrido férias coletivas em alguns setores industriais, o que normalmente ocorre na segunda quinzena do mês de dezembro", segundo o ONS.

O Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentra cerca de 60% da demanda do país, cresceu em janeiro último os mesmos 4,8% da média nacional, comparativamente a dezembro de 2010, e de 0,1% em relação a dezembro de 2010. O acumulado dos últimos doze meses cresceu 8,1% em relação ao mesmo período anterior. Na região foram demandados 35,965 mil MW médio.

GASTO SOCIAL COM EDUCAÇÃO É O QUE MAIS ELEVA O PIB

08/02/2011 – Carta Maior

Foram considerados os gastos públicos assumidos pela União, pelos estados e municípios. Quando se calcula o tipo de gasto social que tem o maior efeito multiplicador na renda das famílias, em primeiro lugar aparece o Bolsa Família. Para cada R\$ 1 incluído no programa, a renda das famílias se eleva 2,25%. Gastos sociais fizeram o PIB brasileiro crescer 7% entre 2004 e 2008.

IPEA

Em seu [Comunicado nº 75](#), o [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada](#) (Ipea) revela a importância que os gastos sociais adquiriram no Brasil para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a redução das desigualdades. Segundo o estudo, que usou como base dados de 2006, cada R\$ 1 gasto com educação pública gera R\$ 1,85 para o PIB, e o mesmo valor investido na saúde gera R\$ 1,70. Foram considerados os gastos públicos assumidos pela União, pelos estados e municípios.

Os chamados gastos sociais fizeram o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescer 7% entre os anos de 2004 e 2008, segundo o estudo "Gasto com a Política Social: Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda" produzido pelo Ipea e divulgado quinta-feira. Durante o período, o PIB do País teve avanço real de 27%, segundo o instituto.

Ao comparar tipos diferentes de gasto social, o Comunicado concluiu que aquele destinado à educação é o que mais contribui para o crescimento do PIB, haja vista a quantidade de atores envolvidos nesse setor e os efeitos da educação sobre setores-chave da economia. "O gasto na educação não gera apenas conhecimento. Gera economia, já que ao pagar salário a professores aumenta-se o consumo, as vendas,

os valores adicionados, salários, lucros, juros”, explicou o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Jorge Abrahão.

Abrahão apresentou o estudo ao lado de Joana Mostafa, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea. Por sua vez, quando se calcula o tipo de gasto social que tem o maior efeito multiplicador na renda das famílias, em primeiro lugar aparece o Programa Bolsa Família (PBF). Para cada R\$ 1 incluído no programa, a renda das famílias se eleva 2,25%. “A título de comparação, o gasto de R\$ 1 com juros sobre a dívida pública gerará apenas R\$ 0,71 de PIB e 1,34% de acréscimo na renda das famílias”, acrescenta o Comunicado, intitulado Gastos com política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda.

O texto afirma ainda que 56% dos gastos sociais retornam ao Tesouro na forma de tributos. “O gasto social não é neutro. Ele propicia crescimento com distribuição de renda. Ele foi muito importante para o Brasil superar a crise de 2008. Esse gasto tem uma grande importância como alavanca do desenvolvimento econômico e, logicamente, do bem-estar social”, concluiu Abrahão.

DOENÇA GRAVE NA INFÂNCIA FAZ PESSOA ESTUDAR MENOS E TER SALÁRIO MAIS BAIXO.

08/02/2011 – Portal R7 / Sissaúde

Câncer, problemas cardíacos, diabetes e epilepsia. Apesar de não ter cura, essas doenças já possuem terapias e tratamentos que permitem aos portadores levar uma vida normal, dependendo da gravidade do problema. No entanto, um estudo feito nos Estados Unidos revelou que pessoas que tiveram doenças crônicas ou graves durante a infância sofrem problemas para estudar. A consequência disso é que elas ficam mais tempo desempregadas e recebem salários mais baixos.

Realizado pelo Centro Médico da Universidade de Duke (EUA), o estudo avaliou informações de 13 mil pessoas que eram estudantes do ensino fundamental ou do ensino médio entre 1994 e 1995.

Os participantes foram divididos em três grupos: portadores de doenças na infância (como câncer, problemas cardíacos, diabetes ou epilepsia); pessoas que ficaram doentes quando se tornaram adultos; e os que nunca tiveram uma dessas quatro doenças.

A pesquisa mostrou diferenças significativas entre os participantes que chegaram à idade adulta (de 24 a 32 anos). Entre todos os portadores de uma das doenças durante a infância, 52,5% estavam empregados quando o estudo foi feito. Já entre os outros dois grupos, 67,5% estavam trabalhando.

De acordo com o pediatra Gary Maslow, principal autor do estudo, os resultados mostraram que as crianças doentes sofreram mais com problemas educacionais e de formação profissional.

Uma doença grave prejudica um paciente na escola, segundo os pesquisadores, por causa de ausências, complicações do tratamento ou incapacidades provocadas pela doença.

Martha Askins, professora da Universidade do Texas, exemplifica o que acontece com uma criança que passa por tratamento de câncer.

- Essas crianças às vezes levam de seis meses a dois anos sem ir à escola porque seu sistema imunológico fica prejudicado.

Renda e soluções

O levantamento mostrou ainda que a renda anual de pessoas com doenças na infância foi R\$ 8.560 menor do que a dos outros grupos. Além disso, segundo os pesquisadores, os portadores recorreram mais à assistência pública durante o período de estudo.

Para Stephen Daniels, outro pediatra autor do estudo, apesar dos indícios, os resultados do estudo não preocupam.

- A maioria das pessoas com doenças crônicas estão lidando muito bem com a doença.

Maslow reforça a opinião do companheiro de estudo e afirma que aqueles que sobrevivem às doenças na infância são capazes de fazer tudo o que os outros fazem.

- Essas pessoas são muito resistentes socialmente.

Segundo Askins, é preciso avaliar cada caso para entender se a criança tem diferenças de aprendizagem, deficiências físicas ou cognitivas. Se isso acontecer, o fundamental é encontrar maneiras para corrigir essas deficiências.

- É preciso encontrar maneiras para manter sua evolução nos estudos, ainda que eles não sejam capazes de ir às aulas regulares. Eles podem receber aulas em casa, na internet ou participar de programas educacionais nos hospitais.

"DESONERAÇÃO DA FOLHA DE SALÁRIOS PODE SER SELETIVA"

08/02/2011 – Valor Econômico

Preocupado com a perda de competitividade do setor produtivo brasileiro provocada pela apreciação da taxa de câmbio, o governo federal estuda desonerar a folha de salários das empresas dos setores da economia mais prejudicados pela concorrência internacional. O objetivo é dar meios a setores como o têxtil e o de brinquedos para enfrentarem a competição de produtos importados da China. Outros setores que poderão ser beneficiados são os de calçados e bens de capital (máquinas e equipamentos).

Inicialmente, a ideia do governo era diminuir, de forma linear, a contribuição incidente sobre a folha de pessoal destinada ao financiamento da Previdência em todos os setores da economia. Hoje, as empresas pagam contribuição equivalente a 20% do total da folha salarial. Mas por causa das restrições fiscais no primeiro ano da gestão Dilma Rousseff, o governo deve optar por uma desoneração setorial.

A área jurídica ainda avalia se, do ponto de vista legal, é possível beneficiar alguns setores da economia e não todos. Por essa razão, o formato da desoneração ainda não foi definido, mas ele poderá seguir, em parte, o modelo definido há três anos para o setor de software, no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Na ocasião, preocupado com a transferência de empresas brasileiras de software para a Argentina, onde a carga tributária é bem menor, o governo anunciou a redução da contribuição patronal das empresas desse setor de 20% para 10%. O benefício só vale, no entanto, para a parcela do faturamento das empresas obtida com exportações. Na prática, a medida teve efeito reduzido.

Como não pretende mudar o regime de câmbio flutuante, o governo estuda medidas que diminuam o custo de produção no país. A preocupação é não só com a competição das empresas nacionais no exterior, mas também no mercado doméstico, com o produto importado. A intenção é enfrentar essa situação sem entrar em uma guerra comercial com outros países, adotando ações que não sejam questionadas na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A equipe econômica avalia que, mantido o ritmo atual, o Brasil caminhará rapidamente para conviver com déficits comerciais com a China. Em 2010, o país importou dos chineses US\$ 25,5 bilhões, 60,8% mais que em 2009. O saldo ainda é favorável ao Brasil em US\$ 5,1 bilhões, mas não deve se manter. Em geral, a China exporta para o Brasil produtos manufaturados e importa bens primários. Chama ainda a atenção do governo o saldo deficitário do comércio brasileiro com os Estados Unidos, de US\$ 7,7 bilhões em 2010

PARA MAIORIA DOS BRASILEIROS, FLEXIBILIDADE E TRABALHO MÓVEL AUMENTAM QUALIDADE DE VIDA E PRODUTIVIDADE

08/02/2011 – Valor Econômico

Com a adoção de dispositivos móveis nas empresas, funcionários ficam 24 horas no ar

RIO - A menos que tenha se dado férias nos últimos anos, você provavelmente está ciente de que o local de trabalho como o conhecemos está mudando rapidamente. O tradicional expediente de 9h às 17h no "escritório oficial" está dando lugar ao esquema 24 horas ao dia, sete dias da semana, em smartphones. E "o coffee-break na Starbucks tornou-se o home-office Starbucks", brinca, em artigo publicado na Fortune, Andrew Laing, diretor da DEGW na América do Norte, consultoria estratégica de negócios que ajuda os clientes a melhorarem o ambiente de trabalho.

Segundo especialistas em mobilidade, vem crescendo, dentro das grandes empresas, a "força de trabalho móvel", constituída por todos os profissionais que utilizam diariamente dispositivos como lap-tops, celulares com acesso à internet e tablets como ferramentas de trabalho. Mais: são funcionários que se comunicam via webcam. Inovadores líderes empresariais já reconhecem as vantagens das tecnologias que permitem que seus empregados trabalhem remotamente e em diferentes horários. Essas empresas economizam dinheiro, aumentam a flexibilidade do trabalho, fazem melhor uso de seus imóveis e comemoram ganhos de produtividade.

Mas esse novo cenário não aumentaria a carga de trabalho de funcionários? Quem responde é Marcos Paulo Amorim, diretor-executivo da Blink Systems, especializada em soluções de mobilidade:

- Hoje, de alguma forma, os funcionários já realizam as tarefas. O que a mobilidade traz é a vantagem de reduzir a dependência do espaço físico da empresa para tomar decisões, já que na maioria das vezes as informações necessárias estão acessíveis e atualizadas de qualquer lugar. A qualidade do trabalho é significativamente aprimorada, todos os processos e formulários manuais são eliminados e, no caso de colaboradores que ganham comissões em função de sua produtividade, a tendência é de aumento de salário.

O gerente de desenvolvimento de negócios de segurança para a América Latina da Cisco, Ghassan Dreibi Junior, vai além: ele diz que a mobilidade pode proporcionar mais qualidade de vida.

- Se você não está obrigado a trabalhar oito, dez horas dentro da empresa, pode gerenciar melhor os seus horários e hoje em dia isso é muito importante para as pessoas. No meio da tarde, você pode levar seu filho ao médico ou à natação - diz.

Pesquisa realizada pela Cisco revela, inclusive, que a maioria dos brasileiros acredita que a produtividade não está relacionada com a jornada de trabalho dentro das empresas. Segundo o levantamento, 76% acreditam que não é preciso estar fisicamente no local de trabalho para ser produtivo. A preferência dos brasileiros por trabalhar remotamente está acima da média mundial, que foi de 60%, e só abaixo da Índia, com 93% e China, com 81%.

A pesquisa também revelou que 83% dos brasileiros estariam dispostos a trocar salários altos por maior mobilidade e flexibilidade de horário de trabalho. A média mundial para este item foi de 66%.

Para a maioria dos especialistas em mobilidade, a suposição de que a comunicação virtual e os ambientes de trabalho remotos vão substituir totalmente a necessidade de reunir as pessoas fisicamente é falha. A comunicação cara a cara ajuda a acelerar a tomada de decisões e o fluxo de informações de um jeito que ambientes puramente virtuais não dão conta. Pelo menos, por enquanto.

- O povo latino tem uma característica de contato pessoal, que é impossível de substituir sem uma grande mudança cultural. Entretanto, o trânsito dos grandes centros e a distância entre as cidades são facilmente vencidos por alguns cliques, e não há quem resista a uma facilidade destas. É provável que, com a evolução destes recursos, o resultado seja somente o aumento de nossa qualidade de vida - acrescenta Marcos Paulo Amorim.

Então, qual seria a solução? Que venha o trabalho híbrido, dizem eles. Ou seja, a empresa como hoje é conhecida se tornaria um ponto de encontro, não necessariamente o principal, estando conectada com outras "bases". As organizações

procuram encontrar um equilíbrio de trabalho nos espaços físico e virtual.

- É possível que as áreas sejam comuns de forma a abrigar várias equipes, porém, uma de cada vez, algo como ver um time reunido por semana. Somente a experiência vai nos mostrar quais são as tarefas mais adaptáveis a esta forma de trabalho, mas é fácil perceber que neste momento apenas os mais disciplinados estão preparados para conciliar estas mudanças - informa o diretor da Blink Systems.

"CÂMARA JÁ DISCUTE VINCULAÇÃO DE SEGURO-DESEMPREGO A CURSO DE QUALIFICAÇÃO."

08/02/2011 - Blog RT

Enquanto o ministro do Trabalho estuda enviar projeto sobre o tema, o presidente da Comissão de Trabalho em 2010 defende que Executivo priorize a aprovação de propostas já discutidas na Casa.

Canziani: sete projetos sobre o tema estão em tramitação. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou no começo do ano que pretende mandar ao Congresso um projeto para obrigar o trabalhador que recebe o seguro-desemprego a participar de cursos de qualificação profissional. Segundo ele, a qualificação do trabalhador é prioridade da pasta e o projeto depende apenas do aval da presidente Dilma Rousseff para chegar à Câmara.

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração de Serviço Público em 2010, Alex Canziani (PTB-PR), elogiou a iniciativa, mas argumentou que já tramitam na Casa pelo menos sete propostas que tratam da mesma questão e, portanto, acrescentar mais uma à lista seria desnecessário. "O ideal é que o Executivo busque consenso para aprovar mais rapidamente as propostas que já estão sendo discutidas pelos parlamentares", opinou.

Projetos - A proposta mais antiga sobre o assunto tramita na Câmara desde 1999. Trata-se do Projeto de Lei 182/99, do ex-deputado Roberto Argenta, que permite a concessão de seguro-desemprego para trabalhadores que participam de cursos de aperfeiçoamento ou readaptação profissional.

Já a vinculação do recebimento do seguro à qualificação é tema do Projeto de Lei 6858/02, do ex-deputado Eni Voltolini, que obriga o trabalhador beneficiado a frequentar curso por pelo menos 30 dias.

O mesmo assunto também é objeto de uma sugestão do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, de Minas Gerais, transformada no Projeto de Lei 5615/09 pela Comissão de Legislação Participativa.

As três propostas tramitam em conjunto e aguardam a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de serem encaminhadas ao plenário.

Empregabilidade - Para Alex Canziani, a aprovação de propostas que incentivam a qualificação vai ajudar a aumentar as oportunidades de trabalho. "Hoje temos muitas vagas não preenchidas por falta de qualificação dos interessados. O recurso e o tempo

do seguro-desemprego devem ser voltados para que o trabalhador melhore as suas condições de empregabilidade", avaliou.

O ministro Carlos Lupi enfatiza a importância da proposta em entrevista à Rádio Câmara. Segundo o ministro Carlos Lupi, a vinculação do seguro-desemprego à qualificação do trabalhador já é aplicada com sucesso em diversos países como a Itália. "Não estamos inventando algo novo.

Todo trabalhador italiano que está no seguro-desemprego é obrigado a frequentar um curso de qualificação profissional, para que obtenha mais rapidamente um emprego", afirmou.